

**PATRIMÔNIO CULTURAL E A HISTÓRIA LOCAL: UMA PESQUISA DO
PROFHISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Antônia Lucivânia da Silva

E.E.M. José Alves de Figueiredo/SEDUC-CE

e-mail: luciteixeiracrato@hotmail.com

Paula Cristiane de Lyra Santos

Universidade Regional do Cariri-URCA

e-mail: paulalyrasantos@gmail.com

Neste trabalho apresentamos parte do resultado da dissertação intitulada “O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: Ensino de História e Educação Patrimonial” defendida em 2018 junto ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, do núcleo Universidade Regional do Cariri. Foram tratadas questões relacionadas ao Ensino de História na educação básica, tendo como ponto central a temática do patrimônio cultural e História Local a partir do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, comunidade liderada pelo Beato José Lourenço, em Crato-CE, entre os anos de 1926 a 1936, desbaratada por uma ação militar articulada pelas autoridades estaduais então representadas pelo governador Menezes Pimentel, General Góes de Campos Barros, Capitão Cordeiro Neto e pela Ordem dos Salesianos, integrante da Igreja Católica e herdeira das terras do Caldeirão conforme testamento feito pelo Padre Cícero, legítimo proprietário daquelas terras.

Vale ressaltar que o modelo de vida adotado pelos moradores do Caldeirão liderados pelo Beato José Lourenço, seguidor do Padre Cícero, não condizia com os interesses da elite intelectual, católica e latifundiária, pois seguiam um lema de que “tudo era de todos e nada era ninguém”, onde cada um oferecia seu trabalho em prol da coletividade, sendo o trabalho e a oração marcantes na rotina dessa comunidade. Após sua eliminação e décadas de silenciamento da memória desse modelo de organização social, o sítio - com seus bens tangíveis - onde a referida comunidade estava localizada foi tombado pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará no ano de 2005 passando a integrar oficialmente o patrimônio cultural do Estado.

Como parte da metodologia da pesquisa, foi realizado um levantamento através do instrumento de questionário com discentes de 9º ano do ensino fundamental, sendo 23 alunos da Escola João Leandro Correia, 32 da Escola Estado da Paraíba e três professores (Francisca Liliam de Oliveira, Hykaro de Sousa Brígido e Ronald Figueiredo e Albuquerque Filho) de História das referidas instituições localizadas no município de Crato. As compreensões dos discentes forneceram pontos de partida para pensarmos sobre questões relativas ao ensino de História e da educação patrimonial.

Entre outras, foram propostas as seguintes indagações aos discentes: na escola você já estudou sobre patrimônio cultural? A História do seu município é tratada nas aulas? O que você sabe sobre o Beato José Lourenço e o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto? Foi solicitado que dessem exemplos do que entendiam sobre patrimônio cultural e que narrassem o que sabiam sobre a História do município onde residem, sobre o Beato José Lourenço e o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.

Aos docentes através de entrevistas, lançamos perguntas que nos possibilitassem saber sobre o ensino da História Local, o patrimônio cultural, a História do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e seu líder José Lourenço, se tais assuntos integram o ensino de História, com que frequência, quais os desafios, as dificuldades e a importância desses temas estarem inseridos na disciplina de História.

Os dados coletados pelos questionários foram tabelados em gráficos e quadros, destacando os aspectos quantitativos e qualitativos, e as entrevistas, apresentadas e problematizadas. As análises nos possibilitaram observar que apesar das dificuldades narradas pelos docentes, que se ressentem da escassez de materiais e formação para lidar com a História Local e patrimônio cultural, esses temas são em certa medida, trabalhados em sala de aula. No entanto, nem sempre são percebidos pelos alunos como parte da História do seu município.

1. Na escola você já estudou sobre Patrimônio Cultural? Dê exemplos de patrimônio cultural que você conheça

Uma das indagações presente no questionário foi direcionada a saber se os estudantes em sua trajetória escolar estudaram sobre o patrimônio cultural, solicitando em seguida que citassem exemplos de patrimônio cultural. Da Escola João Leandro

Correia 56% disseram que não estudaram, 13% afirmaram já ter estudado, 26% disseram não lembrar e 5% disseram achar que não estudaram. Da Escola Estado da Paraíba, 47% afirmaram já ter estudado, 41% afirmaram não ter estudado, 3% disseram achar que já estudaram, 3% informaram que não lembravam, 3% disseram que mais ou menos e 3% deixaram em branco.

Ao solicitarmos exemplos, da Escola João Leandro Correia 13% conseguiram exemplificar, 78% disseram que não sabiam dar exemplos e 9% deixaram em branco. Já da Escola Estado da Paraíba 91% deram exemplos e 9% deixaram em branco.

Entre um total de 32 estudantes que conseguiram citar exemplos do que seria patrimônio cultural, o Caldeirão da Santa Cruz foi citado três vezes nas respostas da João Leandro Correia e doze nas da Escola Estada da Paraíba, e o Beato uma vez, o que nos provocou uma reflexão. Por que os alunos conseguiram mencionar tantas vezes o Caldeirão/Beato, se as respostas dos mesmos eram individuais? Pensamos que o fato de ao nos apresentarmos para a turma termos dito que estávamos ali solicitando a colaboração de todos mediante um questionário com perguntas sobre o Caldeirão da Santa Cruz e patrimônio cultural, tenha levado estes estudantes a darem tais exemplos.

Todavia, acreditamos que essa resposta não seria tão recorrente se a maioria dos discentes nunca sequer tivesse ouvido falar sobre Caldeirão, o que nos permite dizer que o Caldeirão como patrimônio cultural faz sentido para eles. Há uma identificação com esse bem. Nem sempre os bens tombados ou registrados gozam do reconhecimento da população, como bem ressalta Londres Fonseca (1997) acerca do patrimônio cultural como identidade do país, que diante de quase mil bens tombados, estes “funcionam mais como símbolos abstratos e distantes da nação do que como marco efetivo de uma identidade nacional com que a maioria da população se identifique e que integre a imagem externa do Brasil” (1997, p. 17), sendo mais identificado pelas telenovelas, futebol, samba e carnaval do que mesmo por estes bens instituídos. Pensamos que neste caso do Caldeirão como patrimônio cultural, faz sentido para parte significativa desses alunos e mais da metade desses colaboradores tem alguma noção do que foi o Caldeirão.

Assim, embora sabendo que o “poder simbólico dos patrimônios [...] é relativo e tem alcance limitado” (FONSECA, 1997, p. 12), os questionários nos permitiram

identificar que muitos dos bens reconhecidos como patrimônio cultural do lugar onde vivem são conhecidos e reconhecidos por estes estudantes: Museu histórico do Crato, o Caldeirão da Santa Cruz, a Chapada do Araripe, o Geopark Araripe, Seminário São José, a RFFSA (Rede Ferroviária Federal S/A), Sítio Fundão, a capoeira... Dentre outros, acrescentaram alguns que apesar de não serem oficialmente reconhecidos, têm um significado para eles, podendo citar como exemplo a Expocrato (Exposição Agropecuária do Crato), a vila da música e a estátua de Nossa Senhora de Fátima situada no Bairro Barro Branco em Crato.

A mencionada ponte de pedra integra o território do Geopark compreendendo o patrimônio ambiental. Uma das respostas “o prédio da primeira prefeitura onde D. Pedro teve alguns mandatos”, apresenta equívocos, mas para nós valeu o fato de ter identificado a antiga casa de câmara e cadeia que atualmente funciona como museu, tombado pela Secretaria Estadual de Cultura. Ao citar a estátua de Iracema, se referiu à estátua situada em Fortaleza capital do Ceará, evidenciando que os bens por eles conhecidos não se limitam aos que se situam no seu município.

Entendemos ser de grande valia tomar a História Local e o patrimônio cultural como ponto de partida e estratégia metodológica para o ensino da disciplina de História, como estratégia de aproximar a história do lugar no qual se situa o estudante e de tornar mais palpável as questões teóricas, e para tal é imprescindível fugir do viés saudosista e comemorativo, podendo assim através dos bens patrimoniais sejam locais, nacionais ou globais perceber as nuances das memórias e das identidades embutidas nos bens patrimoniais sejam eles tangíveis ou intangíveis. Enxergar o patrimônio cultural como lugar de tensões.

Ao se restringir a um olhar romantizado sobre os bens tombados ou registrados, falseamos a realidade e deixamos de explorar o potencial que ele nos oferece. O patrimônio cultural não se dá de forma natural. É um processo de construção imiscuído de tensões. Portanto, ao lidar com o patrimônio cultural na sala de aula, não basta apresentar os bens tombados e registrados, mas historicizá-los, despi-los do seu lugar de glória, buscando desvendar que memórias, histórias e identidades eles explicitam e que processos de violência escondem ou reforçam, bem como se faz necessário conhecer a trajetória histórica do conceito de patrimônio cultural, tombamento, registro, pois são

históricos, e não naturais; preenchidos de subjetividades ainda quando se pretendem ser objetivos.

2. Você conhece a História do município de Crato? Conte um pouco do que você sabe sobre ela.

Ao tratarmos da História Local e do patrimônio cultural, buscamos inter-relacioná-los e lançamos perguntas nos questionários direcionados ao corpo discente mediante as quais eles nos deram um apanhado do que esses alunos entendem tanto do patrimônio cultural, do Caldeirão e seu líder José Lourenço, como da História Local sem contudo utilizarmos nos questionários esse conceito, mas sim a expressão História do município de Crato, a fim de facilitar a compreensão dos alunos.

A respeito deste conceito, durante o levantamento bibliográfico, artigos e dissertações para melhor compreendê-lo, inicialmente, percebemos certa naturalização, pois em vários artigos e algumas dissertações tratavam da História Local sem contudo aprofundar o conceito. Qual a História da História Local? A que ela se refere? O que a faz ser local?

Donner (2012) ao tratar deste conceito diferencia História Local e história local, entendendo esta como uma produção historiográfica com recorte local e aquela como um “gênero historiográfico com temática, público alvo e suas “regras” próprias” (2012, p. 223). Chama a atenção para a necessidade de evitar que a história local seja tratada como uma forma de buscar a comprovação da História Nacional, pois uma das grandes contribuições da história local é justamente a percepção das particularidades geralmente invisibilizadas pelas narrativas globalizantes que não conseguem dar conta dos desdobramentos dos processos históricos em cada localidade.

A História Local, tomada mais como os eventos e narrativas dos acontecimentos específicos de cada lugar, tanto pode ser escrita por historiadores profissionais como por amadores e segundo Donner (2012), quando escrita por amadores ela procura dar conta das especificidades de uma região ou cidade e não é produzida para a academia, mas para os grupos aos quais ela se refere.

Ao fazermos esta pesquisa de mestrado voltada para as questões do ensino de História, compreendemos que a História Local pode ser inserida no currículo escolar,

desde que tratada com responsabilidade e rigor metodológico. Embora a História Local geralmente produzida por amadores lide com a memória como sinônimo de História, entendemos que essas produções podem ter grande valia no ensino podendo ser problematizadas e a partir dela serem discutidas as representações, os interesses presentes nos discursos, as memórias que essas narrativas buscam instituir e confrontar essas fontes com outras produções.

A partir de produções acadêmicas que tratam do ensino da História Local e por meio das entrevistas que realizamos com docentes de duas escolas, pudemos perceber que embora as questões regionais e locais estejam referendadas por meio dos PCNs e da BNCC, inserir as temáticas ligadas ao local no ensino de História ainda é um grande desafio. Segundo os PCNs, um dos objetivos desta disciplina é “identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços” (1998, p. 43). Entretanto, há uma carência em concretizar tal objetivo, pois conforme relataram os docentes, há escassez de produção historiográfica que contemple as questões locais, e falta de formação que venham a contribuir para com um aperfeiçoamento do fazer docente no que se refere a atingir esse objetivo estipulado pelos Parâmetros Curriculares, que é essa interligação das especificidades locais com o nacional e o global.

No que se refere à História de Crato, os entrevistados afirmaram que há poucas pesquisas sobre a História Local e quando há, não chegam até as instituições escolares, dificultando o fazer docente que necessitaria de um material mais consistente. Vale destacar, como já dito, muitas vezes o que existe de produção não está dentro do regime historiográfico acadêmico correndo assim o risco de ao inserir essa história na narrativa escolar, transformá-la em um rito de memória, ou mesmo introduzir manuais de História Local para serem consagrados como um lugar de memória (NORA, 1993), visto que a narrativa amadora produz geralmente livros “caracterizado por uma abordagem tradicional, descritiva, factualista, cronológica e pitoresca que, no mais das vezes, não tem contribuído para a formação da consciência crítica” (FERNANDES, 1995, p.48).

Ao indagarmos se conheciam a História do Crato e pedirmos para narrarem um pouco do que sabiam sobre ela, obtivemos os seguintes percentuais. Escola João

Leandro Correia: 70% afirmaram não saber; 26% disseram saber algo e 4% deixaram em branco. Escola Estado da Paraíba: 81% disseram não saber; 13% disseram saber; 3% afirmaram que sabiam mais ou menos e 3% deixaram em branco.

Apresentaremos aqui algumas das respostas emitidas a esta pergunta. Estudantes da Escola João Leandro Correia responderam: 1. Sim. Mais ou menos. Há muitos anos atrás o Crato era pequeno e era um distrito e agora o Crato é populoso e virou uma cidade; 2. Sim. Que de primeiro era um distrito e depois foi virando uma cidade. O Crato era uma feira de muitas coisas.

Estudantes da Escola Estado da Paraíba disseram que: 1. Sim. Que nele morava os índios Kariri que antigamente a cidade era uma cidade bem limpa e conservada; 2. Sim. Sei que o Crato já foi maior geograficamente e com o decorrer do tempo foi diminuindo, no início era habitado pelos índios Kariri; 3. Sim. Sei que ela passou três dias independente de Portugal.

As respostas são breves, não precisam bem os fatos nem o tempo em que se deram. São vagas memórias de conteúdos estudados em suas trajetórias escolares. Foi bastante recorrente mencionar os índios Kariri como primeiros habitantes, sem, no entanto situar no tempo, utilizando as palavras “antes”, “antigamente”, “de primeiro” para se referir a um tempo longínquo. Os índios Kariri são mencionados como algo passado. Ao dizer que a cidade era limpa, é provável que tenham pensado na poluição do Rio Granjeiro, que corta o centro da cidade, dentro do qual são lançados os dejetos produzidos pela população.

Uma das respostas reconhece a dinâmica de transformação da cidade que teve ao logo do tempo suas dimensões territoriais alteradas. Menciona também um fato político que marcou a história do município que foi a participação na chamada Revolução de 1817, mediante o qual José Martiniano de Alencar proclamou a República, sendo, porém esse movimento derrotado.

3. Você considera importante estudar sobre a História do seu município? Por quê?

Ao indagarmos sobre a importância ou não de estudar a História do município, dos 23 estudantes da turma da Escola João Leandro Correia, 91% disseram ser importante; 5% disseram não saber se é ou não importante e 4% deixaram em branco.

Dos 32 colaboradores da Escola Estado da Paraíba, 94% consideraram ser importante e 6% deixaram em branco. Abaixo estão algumas das justificativas dadas pelos colaboradores.

Algumas respostas dos estudantes da Escola João Leandro Correia foram: 1. Porque sempre é bom falar de seu município, como Caldeirão, que é um lugar bem conhecido em muitos lugares; 2. Sim. Porque é o lugar onde eu moro, e sim, eu tenho todo direito de saber a História do meu município e é legal, quando meus filhos perguntarem, eu saber responder bem; 3. Sim. Porque através disso podemos saber um pouco sobre o nosso município. Exemplo. O que aconteceu naquela época, o que as pessoas fizeram, entre outras.

Estudantes da Escola Estado da Paraíba disseram: 1. Sim. Para saber das nossas raízes, nossa História, nossos antepassados para entender quem somos; 2. Sim. Para que saibamos o que foi feito, e como tudo começou; 3. Sim. Porque assim a gente aprende mais sobre a História do município e sobre as pessoas importantes que habitaram esse lugar; 4. Sim. Para sabermos o que aconteceu antes de nós e o que mudou antigamente até agora.

Uma das repostas aponta o Caldeirão como integrante da História Local, o que nos chamou a atenção, pois dos 55 participantes, a maioria, apesar de ter relatado sobre a História do Caldeirão e do Beato, disseram que não tinham conhecimento da História do seu município. Outro destaque é a compreensão do conhecimento sobre a História do seu lugar como um direito, e mesmo o conhecimento do passado como necessário para se compreender no presente e as transformações ocorridas.

Uma das respostas identifica um entendimento da História Local como uma narrativa envolvendo personagens que foram consagradas como de grande importância para o lugar. Quem seriam essas pessoas importantes? O que define se uma pessoa foi importante para o lugar? Tendo em vista a perspectiva sob a qual muitas vezes a História Local é tratada, é possível que se trate de uma espécie de comemoração, de culto aos heróis. Seria a História numa perspectiva da comemoração e da nostalgia?

Ao tratar do crescimento da busca pela História Local, Donner afirma que muitos se interessam por esta história por razões nostálgicas. “Para elas, conhecer e pesquisar sua história traz um sentido de pertença, de lugar no mundo” (2012, p. 225).

4. O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e o Ensino de História

Ao indagarmos se na escola já estudaram sobre o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e o Beato José Lourenço, obtivemos dos alunos da Escola João Leandro Correia os seguintes percentuais: 87% afirmaram já ter estudado; 9% não terem estudado e 4% não responderam. Dos colaboradores da Escola Estado da Paraíba 53% disseram já ter estudado; 40% disseram que não estudaram; 4% disseram achar que não e 3% deixaram em branco. Em seguida solicitamos que escrevessem um pouco sobre o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e sobre o Beato José Lourenço a fim de ter um mapeamento do que esses alunos sabiam a respeito deste tema.

Dos discentes da Escola João Leandro Correia 82% escreveram sobre o Caldeirão, 9% disseram que não sabiam sobre o assunto e 9% deixaram em branco. Algumas das respostas foram: 1. Que várias pessoas frequentavam lá e passou a se chamar de Caldeirão porque lá tem um buraco muito fundo, que se parece com caldeirão. Daí deram o nome de Caldeirão. 2. Eu sei que tem uma missa em uma vez no ano e tem muita gente de todos os lugares. 3. O Caldeirão foi um lugar que já foi bombardeado. E todo ano recebe várias pessoas na missa do beato São Lourenço. 4. Que lá já morou meu Padre Cícero e que lampião já passou por lá e que hoje mora um senhor. 5. Que o Beato José Lourenço foi para o Caldeirão a mando do Padre Cícero e lá formou uma comunidade socialista. E o governo não aceitou isso e mandou bombardear o Caldeirão.

Já da Escola Estado da Paraíba 53% escreveram, enquanto 25% disseram não saber e 22% deixaram em branco. Dentre as respostas, alguns disseram: 1. Sei que as terras foram doadas pelo Padre Cícero para o Beato e lá ele fez como uma vila para as pessoas, mas aconteceu uma “briga” e um prefeito não queria e acabou matando todos, amarrando, atirando, jogando bombas de cima do avião. Ainda tem pessoas vivas, e são eles que dão a entrevista. 2. Pelo que sei o Caldeirão na segunda guerra mundial foi atacado e lá moraram pessoas de grande relevância, como o Beato José Lourenço. 3. Só sei que lá é uma comunidade muito antiga da nossa região que foi criada por Beato José Lourenço. 4. Um lugar que houve guerra, os corpos de quem defendia o Caldeirão eram enterrados lá, numa capela.

Em suas narrativas os discentes demonstraram o que ficou em suas memórias de tudo o que já ouviram a respeito do tema, sendo essas memórias fragmentadas e fundidas com outros fatos históricos ocorridos em tempos e espaços diferentes, como é o caso de afirmar que o Caldeirão “na segunda guerra mundial foi atacado”. Há relatos com comprovação científica e outros advindos de ficções, das narrativas orais que se propagam e que ganham ar de veracidade, sem, no entanto haver provas.

Podemos mencionar a narrativa sobre a qual nunca tínhamos ouvido falar antes da aplicação desse questionário, a passagem de Lampião nas terras do Caldeirão, fato este desconhecido pela historiografia. Outro ponto é a respeito do Padre Cícero - que de fato foi legítimo proprietário das terras do Caldeirão - ter residido lá, quando na realidade morava em Juazeiro do Norte-CE.

Podemos identificar mais outros equívocos das memórias que os alunos guardam do que estudaram, como é o caso da atribuição de alguns feitos ao Beato José Lourenço, que haviam sido protagonizados por outro Beato que no início dos anos de 1930 foi residir no Caldeirão, o Beato Severino Tavares, oriundo do Rio Grande do Norte, o qual não se fixou de modo permanente uma vez que saía percorrendo por vários territórios discursando sobre o fim do mundo e propagando a existência do Caldeirão, atraindo novos integrantes para esta comunidade.

Outro ponto a destacar é sobre o bombardeio e os corpos enterrados ao lado da capela de Santo Inácio de Loyola, cuja construção foi iniciada no ano de 1931 na comunidade Caldeirão. A referência ao bombardeio foi significativa em várias respostas e é este um ponto bastante polêmico havendo quem diga que o bombardeio chegou a matar centenas de integrantes do Caldeirão e quem diga não ter havido bombardeio. Entretanto, há quem entre em contradição ao negar este fato. Talvez o termo técnico mais adequado não seja esse, BOMBARDEIO, porém, segundo a pesquisadora Vera Lúcia Maia em entrevista para a construção de um documentário¹, ao negar o bombardeio acaba afirmando que aviões fizeram voos rasantes e jogaram granadas de mão.

O episódio dos aviões fazendo voos rasantes aconteceu na Mata dos Cavalos onde parte dos ex-moradores da comunidade estavam refugiados, cerca de um ano após

¹ Ver documentário https://www.youtube.com/watch?v=sM_b1dscoi8. Acesso em 09/07/2019.

a desarticulação da comunidade feita pela polícia a mando do Estado, sem, no entanto, até o presente se ter condições de se afirmar com precisão se de fato houve mortes nessa operação de perseguição no ano de 1937 e o número de vítimas. Este episódio, embora seja ele o mais delicado e polêmico, é um dos mais marcantes nas memórias sobre o Caldeirão.

E quanto aos corpos dos antigos moradores, vítimas das perseguições comandadas pelo Estado e Igreja Católica, estarem sepultados na capela, é um equívoco presente na memória dos alunos seja advindo de alguma narrativa que ouviram ou da sua própria experiência de visitação a este lugar, pois logo ao lado da capela há alguns túmulos e cruzeiros, um pequeno cemitério, mas que não   jazigo dos que por ventura tenham falecido durante as persegui es de 1937.

As experiências sejam elas decorrentes dos relatos ouvidos ou recursos visuais, levam cada um a formar narrativas que muitas vezes se chocam com os fatos, não sendo necessariamente resultado de manipula es maliciosas, mas fruto inconsciente da própria memória que procura dar um sentido aquilo que v  e ouve, sendo constantemente sujeita a reatualiza es.

Alguns textos dos alunos abordam o Caldeirão no tempo presente ao dizer que “tem uma missa em uma vez no ano e tem muita gente de todo os lugares”. Apesar de não explicitar com clareza para o leitor não familiarizando com essa história, está se referindo   romaria que acontece anualmente no segundo domingo de setembro desde o ano 2000, se constituindo esse ritual como uma memora o do passado e a constru o de uma memória que busca ressaltar mais o aspecto religioso.

A romaria a partir do ano 2000 por iniciativa da Pastoral da Terra e o tombamento do Caldeirão pela SECULT através da solicita o do cineasta Rosemberg Cariry² podemos dizer que o transformaram em um lugar de memória. Pensamos lugar de memória como teorizou Nora, para quem, “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional” (1993, p. 21), havendo uma inten o em legar os poucos resquícios materiais desse passado às futuras gera es, monumentalizando os bens l  presentes. Ritos de memória acontecem nesse espaço

² Ver documentário em: <https://www.youtube.com/watch?v=o9OEb94tvy4> . Acesso em 09/07/2019. Ver livro CARIRY, Rosemberg; HOLANDA, Firmino. O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: apontamentos para a história. Fortaleza: Interarte, 2007.

consagrando-o como algo a ser lembrado e que por meio deles se mantem vivo e ganha significados para aqueles que os vivenciam.

Entretanto, ao lidarmos com as práticas educativas, sentimos a necessidade de problematizar os ritos e as diversas memórias construídas no passado e no presente, buscando historicizar as trajetórias das memórias do Caldeirão que sofreram diversas alterações ao longo do tempo, sendo por décadas silenciadas, negadas, vindo à tona como um passado a ser lembrado desde meados da década de 1980.

A respeito do Beato José Lourenço, líder da comunidade Caldeirão, na Escola João Leandro Correia 61% escreveram, 17% disseram não saber e 22% deixaram em branco. Algumas das respostas disseram que o Beato: 1. Ele era paraibano e chegou ao Estado do Ceará e meu padrinho Cícero enviou para o Caldeirão e lá ele ficou tomando conta. 2. Foi o Padre Cícero. 3. José Lourenço era paraibano e ele chegou ao Ceará como santo e foi santificado como “Padre Cícero”.

Na Escola Estado da Paraíba obtivemos os seguintes percentuais: 38% responderam, 37% disseram não saber e 25% deixaram em branco. Alguns disseram que o Beato: 1. Foi uma grande pessoa para vida de várias pessoas e também para a História do Crato e ajudou muita gente. 2. Era o líder do Caldeirão. 3. Foi um homem que acolheu pessoas necessitadas que sofriam fome e sede e lhes dava trabalho. 4. Não sei por exato, só sei que foi um cara que saiu da região dizendo que o mundo ia se acabar e disse para todos irem para o Caldeirão.

José Lourenço, natural de Pilões de Dentro, Paraíba nasceu no ano de 1872. Chegou a Juazeiro do Norte em 1890, passando a seguir os ensinamentos do Padre Cícero tendo este recomendado a José Lourenço que viesse ao Crato residir na zona rural sendo sua incumbência liderar homens e mulheres numa rotina de trabalho coletivo e oração no Sítio Baixa Dantas, posteriormente no Caldeirão e com o fim desta, foi residir no Sítio União em Exu Pernambuco de 1940 até sua morte em 1946. Seu corpo jaz no Cemitério do Socorro em Juazeiro do Norte.

As respostas provocam várias reflexões sobre as compreensões desses estudantes. Ao falar sobre o Beato, o que intencionou dizer com a expressão “Foi o Padre Cícero”? Estaria afirmando que ambos eram a mesma pessoa? Ou quis

estabelecer uma relação entre eles, que de fato havia, e não soube se expressar adequadamente?

“José Lourenço era paraibano e ele chegou ao Ceará como santo e foi santificado como “Padre Cícero””? Os estudantes desta turma, da Escola João Leandro, haviam estudado o tema Caldeirão uma semana antes da aplicação do questionário. A resposta mostra um conhecimento advindo da fé ou do senso comum repassado pela tradição. Apesar do contato com a narrativa científica seja pelo discurso da professora ou do livro didático, a narrativa aprendida fora da escola predominou na memória deste estudante, visto que o Padre Cícero e o Beato Lourenço não são santificados e até o presente não há ações em prol da santificação deste último. A Diocese de Crato elegeu Caldeirão como Santuário das Missões, mas não há uma defesa ou uma narrativa em prol do Beato como santo.

Apesar disso, as narrativas oficiais não possuem controle sobre as memórias submersas nas mentes das pessoas, não sendo impossível que esse aluno ou alguém que ele conheça tenham o Beato como um santo. Um pensamento resistente que não se desfez ao ter contato com o discurso historiográfico.

Uma resposta diz que José Lourenço era um padre. Lourenço foi um leigo dedicado à religião católica e por não ser padre, não agia como tal. Fazia orações e penitências juntamente com os moradores dessa comunidade, sem, contudo assumir os rituais específicos de um sacerdote, e por este motivo resolveu erguer uma capela para que padres lá fossem celebrar missas. Ainda assim, foi acusado por pessoas de fora do Caldeirão, como sendo um fetichista e adulterador do culto católico. Esse discurso foi bastante recorrente no processo de desqualificação do Beato.

5. O Ensino da História Local em Crato

Já que este trabalho também trata da História Local, mencionaremos a criação da Lei municipal nº 2707/2011, que tornou obrigatório nas escolas da rede pública e privada de ensino a introdução à História do Crato “que passa a integrar o programa da matéria de história” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO, Lei 2707, 2011, p. 1), nas séries do Ensino Fundamental II.

Tornou obrigatório o hasteamento da bandeira do Município de Crato, do Estado do Ceará, a bandeira do Brasil e a execução de seus respectivos hinos, sendo este rito de memória praticado no primeiro dia útil de cada mês do ano letivo, e os hinos serem preferencialmente cantados, sendo obrigação das instituições escolares o fornecimento das letras dos hinos, por escrito, aos estudantes.

O autor do projeto de lei nº 035 de 2011 que resultou na já citada lei foi o vereador George Macário de Brito (PSDB), aprovado por unanimidade. Segundo a justificativa do projeto,

Normalmente, no dia a dia, deixamos de cultivar as cores das nossas flâmulas e de entoarmos as letras dos nossos hinos, o que é lastimável. Este grave equívoco vem ocorrendo, nas últimas décadas, pois um instrumento indispensável, que era a Matéria de Moral e Cívica, da saudosa memória, fora equivocadamente retirada do programa das Escolas Brasileiras. Um verdadeiro tiro no peito da Pátria! [...] Ao longo dos anos, temos inclinado em divulgar a nossa Cultura, vocação natural que nos rendeu o título de Capital da Cultura. Entretanto, o Crato do alto dos seus 247 anos, possui uma rica e bela história que, injustificadamente, fora deixada à margem por todos os cratenses que, de um modo geral, são desconhecedores de sua trajetória histórica. Se este impropério, ou seja, se este insulto aos nossos antepassados perdurou até os dias atuais, será esta Lei, o instrumento que buscará a reparação deste equívoco, no mínimo, bicentenário (Projeto de lei 035, 2011, p. 3).

Mesmo com a aprovação da lei, não foram realizados esforços por parte do município em efetivar a inserção da História Local. Porém, mais do que uma preocupação com a efetivação da lei, é refletir acerca da visão de História que se pretende trabalhar na educação básica. Tal visão se apresenta totalmente em dissonância com as próprias orientações da legislação nacional e das concepções de ensino de história defendidas pelos pesquisadores da área de ensino.

Há uma perspectiva de ensino de História, por parte de quem elaborou e dos que a aprovaram, centrada na subjetividade, no senso comum e uma visão pautada na nostalgia, um saudosismo de um passado supostamente perfeito que se pretende resgatar, se constituindo na defesa de um ensino esvaziado e criticidade e instituidor de um lugar de memória única. Uma narrativa nostálgica esvaziada de tensões “seja para não enfrentar os dilemas do presente, seja para resgatar um passado reciclado, serve de porto seguro, com seus apegos a lugares e rostos conhecidos, e situações previsíveis, confortáveis e, literalmente congeladas” (PADRÓS, 2001, p. 7), servindo aos interesses de uma elite que se sente ameaçada com as descontinuidades e pequenas rupturas nas formas de interpretar o passado e lidar com o presente.

Considerações finais

Analisando os questionários, embora ambas as escolas integrem a rede pública municipal, existem particularidades. Os estudantes da João Leandro apenas 13% afirmaram já ter estudado sobre patrimônio cultural e apenas os mesmos 13% emitiram exemplos do que entendem ser patrimônio cultural, enquanto que na Escola Estado da Paraíba 47% afirmaram ter estudado e um percentual maior, 91%, exemplificou patrimônio cultural.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História orienta ser um dos objetivos “valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia” (1997, p.33). No entanto, entre tantos objetivos, demandas e dificuldades cotidianas, nem tudo é trabalhado enfaticamente.

Outra questão a ser pontuada é que as significações do currículo escolar se dá de forma subjetiva e nem sempre os alunos conseguem identificar os conteúdos que viram a longo de sua jornada escolar, podendo alguns ter estudado em alguma série anterior e não conseguir identificar como sendo patrimônio cultural. As experiências extraescolares também influenciam no aprendizado. Como visto o número de pessoas da Escola Paraíba que conseguiram dar exemplos, foi extremamente superior ao percentual dos que afirmaram já ter estudado.

Na Escola João Leandro 87% estudaram sobre Caldeirão, 82% relataram sobre Caldeirão e 61% sobre José Lourenço. Na Escola Estado da Paraíba, 53% estudaram sobre Caldeirão, 53% narraram acerca do Caldeirão e 38% relataram a respeito de José Lourenço. Foi possível verificar, como já dito, que anterior a nossa ida à Escola João Leandro, a professora havia trabalhado este assunto tendo inclusive uma página no livro didático dedicada a este assunto. Na Escola Paraíba, o tema não constava no livro didático, porém o professor já estava com uma visita agendada ao Caldeirão.

Os discentes, apesar de muitos terem escrito sobre o Caldeirão e o Beato, poucos afirmaram saber sobre a História Local, não reconhecendo o assunto por eles narrados como sendo parte desta história. É provável que essa postura se deva ao fato de ainda

haver no imaginário uma ideia de História Local voltada para a narrativa de nomes, datas e fatos protagonizados pelos povos colonizadores.

Bibliografia

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARIRY, Rosemberg; HOLANDA, Firmino. O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: apontamentos para a história. Fortaleza: Interarte, 2007.

DONNER, Sandra Cristina. Discutindo conceitos e pensando na prática: o histórico das produções no Brasil. In: XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, julho, 2012, Rio Grande do Sul. Anais. Rio Grande do Sul, 2012.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a história local. Ensino em Re-vista, v. 4, n. 1, p. 43-51, jan/dez, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRN; IPHAN, 1997.

Lei municipal nº 2.707/2011. Institui a História do Crato na disciplina de História nas escolas de Crato-Ceará.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: PUC, 1993.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na História. Revista do programa de pós-graduação em letras. Universidade Federal de Santa Maria. Literatura e Autoritarismo, n. 22, junho, 2001.

Projeto de lei 035, 2011. Câmara Municipal de Crato-Ceará. História do Crato na disciplina de História do Ensino Fundamental II.